



Núcleo de Assuntos Econômico-Fiscais

*Flávio Leitão Tavares
José Fernando Cosentino Tavares
Márcia Rodrigues Moura*

TERCEIRO BIMESTRE DE 2012

AVALIAÇÃO DAS RECEITAS

CONTEÚDO

I – PRINCIPAIS CONCLUSÕES	2
II – MAIS SOBRE RECEITAS	6
III – ALGUNS RESULTADOS DE JUNHO E DE JULHO.....	8
TABELAS ANEXAS	10

Endereço internet: <http://intranet2.camara.gov.br/internet/conheca/estruturaadm/conof>
E-mail: conof@camara.gov

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados os autores e a Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados. Este trabalho é de inteira responsabilidade de seus autores, não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados.

I – PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1. Superávits primários decrescentes O setor público consolidado vem registrando em 2012 superávits primários decrescentes em relação ao PIB, tanto no acumulado no ano, como nos 12 meses encerrados no mês. O mesmo se passa com o resultado da União. As receitas líquidas cresceram até junho 8,7% em relação ao primeiro semestre do ano anterior; as despesas, 12,5%.

2. Estimativa de receitas primárias em 2012 praticamente estável A enorme frustração da arrecadação administrada pela RFB em relação ao esperado para o exercício vem sendo compensada a cada avaliação bimestral pela reestimativa de outros itens de receitas e despesas, de forma a permitir que a despesa total aumente e que os limites de empenho e movimentação financeira não sofram alteração. A receita primária baixou R\$ 2,4 bilhões desde o primeiro decreto de programação financeira, mas a receita líquida de transferências a estados e municípios subiu R\$ 4 bilhões.

3. A 3^a Avaliação desatualizou-se rapidamente, não só por se basear em cenário macroeconômico implausível, como por não incorporar os efeitos de um novo pacote de medidas expansionistas sendo anunciado.

4. Frustração de receitas da RFB em 2012 A estimativa das receitas administradas para todo o exercício, sem contar a arrecadação líquida do INSS, cai a cada avaliação bimestral, e novos decréscimos estão por vir. Os resultados de junho decepcionaram profundamente não só por terem novamente representado perda em relação à previsão do mês, mas também queda nominal em relação ao mesmo mês do ano passado, e dados preliminares apontam para desempenho ainda pior em julho.

5. Desde o decreto de programação financeira, a estimativa de receitas administradas, brutas de transferências a estados e municípios, para todo o exercício, recuou R\$ 23,2 bilhões, e terá que recuar mais. As principais razões são as seguintes:

- Houve substancial frustração de receitas todos os meses até junho, somando R\$ 20,7 bilhões¹. O crescimento econômico tem ficado abaixo da hipótese oficial, como já em janeiro os indicadores disponíveis e o apanhado das expectativas do mercado permitiam supor.² A hipótese usada na 3^a Avaliação continuou irrealista, de crescimento de 3% no ano e forte aceleração no segundo

¹ O decreto de programação financeira já havia considerado a arrecadação de janeiro. A frustração foi de, respectivamente, R\$ 11,4 bilhões em março-abril, e R\$ 9,4 bilhões em maio-junho.

² Uma possível referência, para comparação, o primeiro boletim Focus do ano previu crescimento de 3,3% – quando o Executivo tinha como hipótese 4,5%, da qual só agora abriu mão –, e desde então só houve queda do prognóstico do mercado. A previsão desses analistas passou a ficar abaixo de 3% no final de maio. Mais importante, segundo semestre contra segundo semestre, o mercado prevê crescimento de uns 3% em 2012, enquanto o governo, de 4,5%.

semestre, destoando da análise do Banco Central (2,5%, já antiga) e do mercado (1,75%);

- A atividade econômica tem necessitado de estímulos para reagir, entre eles a desoneração de tributos, com renúncia crescente de receita (substituição da contribuição previdenciária patronal sobre folha de salários por receita bruta em setores selecionados - TI, TIC e hotéis, adotada em abril; redução do IOF em operações com mutuários pessoas-físicas, em maio; redução do IPI automóveis em maio; redução a zero da Cide-combustíveis, em junho; IPI de itens da linha branca, antes até março, e de móveis, antes até junho³...). O pouco mais de perda que está previsto para o segundo semestre é inferior à frustração de julho, e não dá espaço para novos incentivos.

6. Receitas atípicas elevadíssimas Permanece na reestimativa da receita administrada volumosa arrecadação extraordinária, a se realizar no segundo semestre, que, de acordo com o relatório, não guarda nenhuma relação com qualquer parâmetro nem se processa em períodos regulares, somando R\$ 12 bilhões; delas, R\$ 3,95 bilhões são atribuídos a PIS/Cofins⁴, e R\$ 2,8 bilhões a IRPJ/CSLL.

7. O bom desempenho da receita do INSS Além de PIS/Cofins, comporta-se melhor que o previsto a receita da contribuição de empregadores e trabalhadores para a Previdência, o que poderia ter sido registrado já em relatórios anteriores. Em relação à 2^a Avaliação, o último relatório acrescentou R\$ 3 bilhões, e foi pouco.⁵

8. Outras compensações das perdas da RFB Como forma de compensar perdas sucessivas em receitas administradas no exercício, outros itens estão sendo majorados. Nem sempre há explicação suficiente para as reestimativas. Estão mais altas que no decreto de programação financeira, embora em queda em relação à 2^a Avaliação, as receitas de permissões e concessões. Crescem desde a 2^a Avaliação as receitas de dividendos, sabidamente flexíveis em função das necessidades de caixa, as de *royalties* e compensações financeiras, as receitas com a contribuição para o salário educação, as receitas próprias e as demais receitas. Apenas a

³ Também laminados PET, papel parede, luminárias e lustres (Decretos 7.705 e 7.770/12).

⁴ Em julho haverá reclassificação dos recolhimentos da Lei 11.941/09 referentes a todo o período de vigência do novo regime de parcelamento, alterando a composição das receitas por tributo, sem contudo significar novos ingressos no mês, nem no ano. Não se confunda o resultado dessa reclassificação de receitas a favor de PIS/Cofins com arrecadação atípica.

⁵ Nossa estimativa é de que a arrecadação líquida alcance R\$ 278 bilhões, superando a lei orçamentária em R\$ 3,9 bilhões (a massa salarial evoluiu melhor que o esperado), a proposta em R\$ 11,7 bilhões, e a mais nova reestimativa em R\$ 5,7 bilhões. Isso não implica menor déficit para o INSS, porque as despesas com o pagamento de benefícios também serão maiores que o montante previsto para esse fim, embora todas as avaliações até aqui tenham ignorado este fato.

estimativa da contribuição dos servidores para seu plano próprio de seguridade social e do complemento do FGTS⁶ permaneceram constantes.

9. **Permissões e concessões** O leilão da banda de telefonia móvel 4G vinha sendo anunciado desde 2011,⁷ mas só constaram da programação, pelo valor global mínimo de R\$ 3,815 bilhões, a partir da 2^a Avaliação. No leilão de junho, parte dos lotes foi arrematada por R\$ 2,930 bilhões⁸ e a programação mostra a queda da receita correspondente. Só ocorreriam os R\$ 4,65 bilhões previstos se os compromissos assumidos no leilão fossem quitados à vista pelas operadoras. Até junho haviam sido arrecadados R\$ 800 milhões a título de concessões. As concessões por serem renovadas, na área de energia elétrica, terão como critério, dizem os analistas, tarifas, e as demais – rodovias, ferrovias, terminais portuários e aeroportos – representarão receitas do governo (e investimentos) somente em 2013.

10. **Dividendos** Este item tem sido responsável por fechar as contas da União em tempos difíceis. De 2008 para 2009, a receita de dividendos dobrou e chegou a R\$ 26,7 bilhões, tendo sido R\$ 11 bilhões entregues pelo BNDES (e R\$ 5,3 bilhões pela Petrobras, depois que deixou de contribuir para o superávit primário). Em 2010 foi novamente alta, mesmo tendo havido concomitantemente o resultado da venda de barris de petróleo da União para a Petrobras. Em 2011, recuou diante da bonança fiscal.

11. **Dividendos: BNDES, Petrobras e bancos** Em 2012, o aporte foi reestimado nas 2 últimas avaliações bimestrais e já alcança R\$ 26,5 bilhões, R\$ 6,7 bilhões acima do que constou do primeiro decreto e quase 3 vezes e meia o já arrecadado até junho (R\$ 8 bilhões). De acordo com o Decreto 7.781/12, nos dois últimos bimestres ingressarão R\$ 17,9 bilhões, embora dados preliminares do mês de julho mostrem que a programação de dividendos do quarto bimestre já foi superada em cerca de R\$ 1,5 bilhão. Como o BNDES, empresa pública, lucra com os papéis que o Tesouro lhe entrega sob a forma de empréstimo, existe sempre

⁶ Trata-se da contribuição social devida pelos empregadores em caso de despedida de empregado sem justa causa, cobrada, à alíquota de 10% sobre o montante de todos os depósitos devidos, referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, durante a vigência do contrato de trabalho, acrescido das remunerações aplicáveis às contas vinculadas. Ver a Lei Complementar 110/2001. Ver também, a propósito, a Portaria STN nº 278, de 19/4/12, que determinou que a partir da data os recursos transitassem pela conta única do Tesouro e que seu uso passasse a depender de previsão orçamentária, em lugar de automaticamente transferidos ao Fundo, implicando a possibilidade, antes inexistente, de se apurar um saldo positivo na conta única financiado pelos ingressos dessa contribuição. O Plenário do Senado aprovou em 7 de agosto, o PLS-C 198/2007, que extingue a cobrança desse adicional, que deixará de ser cobrado a partir de 1º de junho de 2013.

⁷ As receitas que dele poderiam resultar chegaram a ser estimadas em R\$ 6 bilhões por fontes oficiais. O Relatório de Receita para 2012 aprovado na CMO deixou de considerar esses ingressos – as receitas de concessões foram moderadamente reavaliadas em R\$ 500 milhões – demonstrando cautela, ademais do fato de que normalmente pagamentos dessa natureza são parcelados. O edital do leilão foi aprovado pela Anatel em abril de 2012.

⁸ Foram finalmente ofertados 150 dos 273 lotes previstos no edital, e arrematados 54.

espaço para aumento de seus dividendos, mesmo com queda da taxa Selic e da lucratividade do conjunto das estatais.

12. A Petrobras acusou prejuízo de R\$ 1,35 bilhão no 2º trimestre deste ano, contra previsão de analistas citada pela Imprensa, de lucro entre R\$ 3 bilhões e R\$ 4 bilhões.⁹

13. Os bancos públicos, com o aumento de sua participação no mercado, deveriam estar refletindo bons lucros em suas contabilidades, mas isso não aconteceu. O BNDES teve queda de 48% (R\$ 2,6 bilhões) em seus lucros no primeiro semestre de 2012, em relação ao mesmo período de 2011. Para o Banco do Brasil, economia mista, a queda nominal foi de 12%, na mesma comparação.

14. **Royalties e compensações financeiras** São essencialmente provenientes do petróleo (cerca de 90%), receita dependente do comportamento do câmbio e do preço internacional do barril, que aumentaram, respectivamente, em 11% e 2% da 2ª para a 3ª Avaliação, e da extração. Repartem-se com estados e municípios, e ainda assim o aumento da previsão da arrecadação pertencente à União foi de R\$ 1,5 bilhão, para uma receita bruta que alcançou R\$ 36,2 bilhões no 3º Relatório. A projeção para o câmbio médio aumentou de R\$ 1,80, para R\$ 1,95 por dólar.

15. A estimativa de receita é plausível, pois já haviam sido arrecadados R\$ 17,4 bilhões até junho. Nada garante, no entanto, que a cotação média do barril do tipo Brent chegue a US\$ 113,87, como prevê o último relatório; ao contrário, a média constante do relatório anterior, de US\$ 111,64 coincide com o observado até final de julho, e a tendência é de queda da cotação, segundo avaliação do mercado de energia. Outro agravante é que as metas de produção da Petrobras, em que se basearam em boa parte as estimativas de compensações financeiras, foram revistas para baixo no novo plano de negócios 2012-2016 anunciado no final de julho.

⁹ No mesmo período do ano passado, a estatal contabilizou lucro líquido de mais de R\$ 10,9 bilhões, e de R\$ 9,2 bilhões no primeiro trimestre de 2012. Não há garantia de que os preços dos combustíveis venham a ser reajustados novamente este ano – houve reajuste em fim de junho, compensado no preço pela eliminação da Cide-combustíveis –, diante da perspectiva de retomada da aceleração do IPCA e em período eleitoral. Tem sido cogitada a alteração no critério de cálculo da distribuição de dividendos da empresa, de forma a favorecer os acionistas com direito a voto (PTR 3).

II – MAIS SOBRE RECEITAS

16. **Receitas administradas, exceto INSS** Mesmo com a perda de receitas administradas, já de R\$ 48 bilhões em relação à lei orçamentária (e de R\$ 31 bilhões em relação à proposta do Executivo), a 3^a Avaliação mantém o otimismo quanto à capacidade de arrecadar. A elevada frustração de receitas no primeiro semestre e as desonerações já computadas na reprogramação – por exemplo, da Cide combustíveis, decidida depois do 2^o relatório – não impede que se pretenda que a RFB ainda arrecade o equivalente a quase 15,1% do PIB, praticamente o mesmo que em 2011 – antes das desonerações a ser anunciadas – e com volume expressivo de receitas atípicas. O celebrado exercício de 2008 rendeu à RFB 15,4% do PIB.

17. **Carga tributária líquida de restituições** Essa mesma comparação pode ser feita incluindo as receitas previdenciárias, o salário educação e a contribuição dos servidores para o PSSS, e teremos carga prevista de 21,7% do PIB em 2012, contra praticamente o mesmo em 2011, e 21,3% do PIB em 2008. Se toda a frustração de receita ficasse limitada ao primeiro semestre e apesar das desonerações já concedidas, teríamos mantido a carga tributária federal neste exercício, graças à arrecadação do INSS.

18. Com a substituição gradual de receitas previdenciárias cobradas sobre a folha, para um número cada vez maior de setores, por um adicional de contribuição sobre o faturamento – de 1% para a indústria e de 2% para o setor de serviços –, a arrecadação previdenciária, que vinha crescendo (menos de 5% do PIB em 2004, mais de 6% do PIB estimados para 2012), passará a ter comportamento pró-cíclico.

19. **IR e CSLL** A queda da previsão de receitas administradas pela RFB para todo o exercício, de R\$ 23,2 bilhões em relação ao decreto de programação, reflete, em primeiro lugar, o recuo de R\$ 13,4 bilhões nas estimativas da arrecadação de tributos sobre rendimentos e lucros. Esses 2 tributos responderam por frustração de R\$ 12 bilhões, da perda registrada de R\$ 20,7 bilhões em relação ao estimado para o primeiro semestre no decreto de programação.

20. A perda de receitas atribuída ao imposto de renda, de R\$ 22,2 bilhões em relação ao orçamento e de R\$ 17,9 bilhões em relação à proposta, tem impacto atenuado na receita líquida, pois se reparte com estados e municípios. Ainda assim, o imposto de renda seria de 5,6% do PIB caso fosse possível se realizar a previsão da 3^a Avaliação, queda mínima em relação a 2011 (pouco menos de 5,7% do PIB). Representou 5,9% do PIB em 2008.

21. No primeiro trimestre, o excelente comportamento da arrecadação do IRPJ e da CSLL somados (crescimento real de 13,5% - IPCA, da receita bruta, em relação ao mesmo período de 2011) foi sustentado pelo imposto pago pelo setor financeiro, tanto nas declarações de ajuste, quanto por estimativa mensal. Já ao final do

semestre, a lucratividade em queda acelerada das empresas se refletia inclusive no setor financeiro, e o crescimento real da arrecadação desses tributos em conjunto tinha baixado (4,7%).

22. Imposto sobre produtos industrializados A 3^a Avaliação mostra frustração de receitas de IPI em relação ao orçamento (R\$ 3,8 bilhões) e mesmo em relação à proposta (R\$ 1,6 bilhão), apesar de a previsão de um item, o IPI vinculado às importações, ser mais alta em ambos os casos. Essa insuficiência deveu-se aos demais itens, destacadamente ao IPI sobre automóveis, cujas alíquotas foram reduzidas pelo menos até agosto.

23. O Anexo 6 do relatório de cumprimento de metas tratou das medidas de desoneração de IPI adotadas no primeiro quadrimestre, estimadas em R\$ 500 milhões. Depois delas, repercutindo na 3^a Avaliação, foi editado o Decreto 7.725/12, de 21/05, favorecendo a redução de estoques e a venda de automóveis e veículos de uso misto. Da 2^a para a 3^a Avaliação, a estimativa de arrecadação de IPI automóveis caiu de R\$ 7,8 bilhões para R\$ 5,4 bilhões.

24. Imposto de importação e IPI vinculado às importações A previsão de receita desses dois impostos, dependente dos volumes e da natureza das mercadorias importadas (alíquotas) e do câmbio, situa-se cerca de R\$ 800 milhões abaixo do que constou do orçamento, mas ganha da proposta por R\$ 4,6 bilhões. O Congresso, ao reavaliar receitas, considerou taxa média de câmbio mais elevada que a da proposta, porém menor que projeções mais atuais.

25. CIDE-combustíveis A redução de R\$ 2,4 bilhões na CIDE em relação ao decreto de programação deve-se à eliminação do tributo pelo Decreto 7.764, de fim de junho.

26. Frustração de receitas da RFB na 2^a e na 3^a Avaliação Os dados de maio-junho ampliaram a distância entre a previsão do Executivo para esses meses e a efetiva arrecadação da RFB em R\$ 5,2 bilhões. Em média, em cada um dos 4 meses do período março-junho, perderam-se R\$ 4,4 bilhões por mês em relação à primeira programação.

27. Exceção Os efeitos negativos do marasmo da atividade econômica se disseminaram por todos os itens da receita administrada, exceto a arrecadação da PIS/Cofins. A previsão de receita dos 2 tributos até junho no decreto de programação foi superada em pouco menos de R\$ 1,1 bilhão, por conta de seu bom desempenho em maio-junho. Isso explica em parte o ganho agora esperado para todo o exercício, de R\$ 6,8 bilhões. Em relação à 2^a Avaliação, o aumento da estimativa foi de R\$ 7,7 bilhões. A reestimativa dos 2 tributos é superior à previsão da proposta orçamentária (em R\$ 6,1 bilhões) e à da lei aprovada pelo Congresso (em pouco mais de R\$ 800 milhões).

III – ALGUNS RESULTADOS DE JUNHO E DE JULHO

28. *Resultados em queda em junho* Os resultados da receita em junho, em particular da arrecadação da RFB – por conta de sua maior aderência ao comportamento da economia –, reavivaram a discussão sobre se a União terá condições de cumprir a meta primária cheia. A Tabela mostra que até abril, em termos reais, a arrecadação administrada pela RFB, tirando as contribuições previdenciárias (INSS e PSS), bruta de restituições, cresceu 4,8% (já em queda relativamente ao acumulado no ano de janeiro a março), e o crescimento até junho foi só de 1,2%.

RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB						
Arrecadação Bruta, 2011 e 2012 ⁽¹⁾						
Deflator	2011		2012		Variação (%)	
	Abril	Jan-Abr	Abril	Jan-Abr	Abr-12/Abr/11	Jan-Abr/12/Jan-Abr/11
Nominal	57.369	212.100	61.166	234.713	6,62	10,66
IPCA	60.297	225.622	61.166	236.401	1,44	4,78
	Jun	Jan-Jun	Jun	Jan-Jun	Jun-12/Jun/11	Jan-Jun/12/Jan-Jun/11
Nominal	57.809	317.297	53.571	338.396	(7,33)	6,65
IPCA	60.651	337.059	53.571	341.165	(11,67)	1,22

Fonte: Receita Federal do Brasil, "Análise da Arrecadação das Receitas Federais", abril e junho de 2012.

⁽¹⁾ Não inclui contribuição para o INSS nem para o regime próprio dos servidores.

29. *Queda nominal da receita administrada em junho* Esses resultados, tomado junho de 2012 contra o mesmo mês de 2011, revelaram queda nominal da receita de R\$ 4,2 bilhões (7,3%), e queda real de 11,7%. Isso pode ser atribuído à frustração de receitas ordinárias – o efetivamente arrecadado no mês ficou pouco mais de R\$ 5,5 bilhões abaixo do previsto –, e a receitas atípicas que não se repetiram este ano, no caso pagamentos adiantados do parcelamento da Lei 11.941/09, que em 2011 superaram os ingressos sob o mesmo título em 2012 por outros R\$ 5,6 bilhões.¹⁰ Excluindo essas receitas, ainda assim teria havido queda real, de pouco mais de 2%.

30. *Queda prevista da receita administrada em julho* Pela segunda vez consecutiva, em julho, será revelado novo desempenho inferior ao do exercício

¹⁰ Outros fatores prejudicaram a arrecadação em junho. Houve a redução da Cide-combustíveis por decreto em outubro de 2011 (perda de R\$ 350 milhões por mês, em média), e o adiamento do recolhimento de PIS/Cofins de maio e junho para novembro e dezembro, benefício dado por portaria de maio a indústrias moveleira, de confecções, couro, calçados e autopeças.

passado, uma vez que, de um lado, frustrou-se a arrecadação bruta estimada para o mês em mais de R\$ 5 bilhões e, de outro, em 2011 houve receita atípica de R\$ 5,8 bilhões.¹¹ Ainda por cima, por conta do “Refis da crise”, no ano passado se arrecadou mais R\$ 1 bilhão que agora.

31. Queda da arrecadação e do crescimento Quando o país cresce pouco, o reflexo na arrecadação é ainda mais forte, porque caem o faturamento e a lucratividade e aumentam a inadimplência e a sonegação. O exemplo de 2009 é extremo: o PIB recuou 0,3% e a receita tributária federal (bruta, sem INSS nem CPSS) encolheu 6,5% em termos reais (IPCA).

¹¹ Pagos pela Vale do Rio Doce em decorrência de decisão judicial que considerou que as receitas de exportação devem ser incluídas na base de cálculo da CSLL.

TABELAS ANEXAS

RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL												
Previsão e Arrecadação, 2011 e 2012 ⁽¹⁾												
RECEITAS	Janeiro - Junho							Exercício				
	2011 Realizado			2012			2011 Realizado	2012	2011 Realizado	2012 Previsto		
	R\$ Milhões	Decretos	Realizado	Dec 7.740	Frust (-)	Realizado	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB	Dec. 7.680	Dec. 7.781	
	7.680 ⁽²⁾	7.740 ⁽³⁾						R\$ Milhões	% do PIB	R\$ Milhões	% do PIB	
Imposto de Importação	11.994	14.897	14.326	14.426	100	0,60	0,67	26.681	0,64	33.081	32.917	0,73
Imposto sobre a Exportação	23	24	39	47	7	0,00	0,00	43	0,00	47	75	0,00
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	19.839	24.105	22.879	22.047	(832)	0,99	1,03	41.471	1,00	51.005	47.676	1,06
IPI - Fumo	1.882	2.004	2.095	2.139	44	0,09	0,10	3.746	0,09	4.702	5.038	0,11
IPI - Bebidas	1.414	1.846	1.868	1.678	(190)	0,07	0,08	2.991	0,07	3.635	3.882	0,09
IPI - Automóveis	3.626	3.903	3.289	2.645	(644)	0,18	0,12	7.147	0,17	7.777	5.442	0,12
IPI - Vinculados à Importação	6.045	8.085	7.930	7.953	23	0,30	0,37	13.717	0,33	17.910	18.034	0,40
IPI - Outros	6.872	8.267	7.697	7.632	(65)	0,34	0,36	13.872	0,33	16.981	15.280	0,34
Imposto sobre a Renda - IR	123.234	142.405	139.725	133.429	(6.296)	6,14	6,23	235.674	5,69	262.917	252.848	5,64
IR - Pessoa Física	11.839	13.903	13.892	13.302	(590)	0,59	0,62	21.855	0,53	24.287	23.710	0,53
IR - Pessoa Jurídica	51.468	62.931	60.102	55.296	(4.806)	2,57	2,58	98.580	2,38	114.432	105.237	2,35
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF	59.927	65.571	65.731	64.832	(899)	2,99	3,03	115.238	2,78	124.198	123.901	2,76
IRRF - Rendimentos do Trabalho	33.110	36.933	36.729	36.058	(671)	1,65	1,68	58.400	1,41	64.077	64.641	1,44
IRRF - Rendimentos do Capital	16.621	17.546	18.252	17.983	(269)	0,83	0,84	35.543	0,86	37.529	35.978	0,80
IRRF - Residentes no Exterior	6.607	7.097	6.698	6.753	55	0,33	0,32	13.927	0,34	14.318	14.937	0,33
IRRF - Outros Rendimentos	3.588	3.995	4.052	4.038	(15)	0,18	0,19	7.368	0,18	8.274	8.345	0,19
IOF - Imposto sobre Operações Financeiras	14.911	17.064	16.652	16.066	(585)	0,74	0,75	31.943	0,77	35.390	32.557	0,73
ITR - Imposto Territorial Rural	57	68	74	75	0	0,00	0,00	603	0,01	671	684	0,02
CPMF - Cont Prov sobre Movimentação Financeira	47	8	35	85	49	0,00	0,00	76	0,00	8	85	0,00
COFINS - Contribuição para a Seguridade Social	77.973	82.720	81.547	83.352	1.805	3,89	3,89	160.988	3,89	173.436	178.745	3,99
Contribuição para o PIS/Pasep	20.625	22.096	22.064	22.542	478	1,03	1,05	42.102	1,02	45.885	47.407	1,06
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	27.826	33.429	32.187	30.411	(1.776)	1,39	1,42	58.962	1,42	63.493	60.564	1,35
CIDE - Combustíveis	4.491	2.497	2.590	2.642	52	0,22	0,12	8.964	0,22	5.286	2.879	0,06
Contribuição para o Fundaf	245	411	312	257	(56)	0,01	0,01	579	0,01	863	716	0,02
Outras Receitas Administradas	11.823	13.275	9.393	6.912	(2.481)	0,59	0,32	20.683	0,50	27.791	19.474	0,43
Receitas de Loterias	1.775	2.248	1.969	1.880	(89)	0,09	0,09	3.408	0,08	4.323	3.975	0,09
CIDE - Apoio Tecnológico	729	883	904	962	59	0,04	0,04	1.511	0,04	1.710	1.930	0,04
Demais	9.318	10.143	6.520	4.070	(2.450)	0,46	0,19	15.763	0,38	21.758	13.568	0,30
Subtotal (a)	313.087	353.001	341.824	332.290	(9.534)	15,61	15,51	628.769	15,18	699.873	676.629	15,09
CPSS - Contribuição do Servidor Regime Próprio	5.185	5.883	4.511	5.375	864	0,26	0,25	11.317	0,27	10.296	10.296	0,23
Subtotal (b)	318.272	358.884	346.335	337.665	(8.670)	15,87	15,76	640.086	15,45	710.169	686.925	15,32
Arrecadação Líquida do INSS (c)	110.112	125.840	125.556	125.840	284	5,49	5,87	245.892	5,94	269.300	272.300	6,07
Receita Administrada pela RFB (a+b+c)	428.384	484.724	467.380	458.130	(9.250)	21,36	21,38	885.978	21,38	979.469	959.225	21,40

Fonte : RFB/MF, STN, INSS, SOF/MPO. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Receitas administradas líquidas de restituição e de incentivos.

⁽²⁾ Idem. Refere-se à previsão do Poder Executivo no decreto de programação financeira, considerando apenas janeiro realizado.

⁽³⁾ Idem. Refere-se à previsão do Poder Executivo no decreto correspondente à 2ª Avaliação, considerando os dois primeiros bimestres já realizados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		Receitas Primárias, 2008-2012														Diferenças da Aval 3º Bimestre em Relação a						
Discriminação	Realizado	2008	2009	2010 sem Petrob	2011		2012										Aval 2º Bimestre	Lei	Real 2011			
		Proposta		Lei		Decreto 7.680/12 (Programação)			Avaliação 1º Bimestre (Dec 7.707)			Avaliação 2º Bimestre (Dec 7.740)			Avaliação 3º Bimestre							
		% do PIB	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% do PIB			
RECEITA TOTAL	23,66	22,86	22,45	991.037,9	23,92	1.097.340,8	24,18	1.127.322,7	25,00	1.090.909,1	23,85	1.090.913,8	23,85	1.092.554,3	24,07	1.088.534,2	24,28	(4.020,2)	(38.788,5)	(0,71)	0,36	
Receita Administrada pela RFB	15,38	14,08	14,09	628.621,1	15,17	707.644,8	15,60	724.424,4	16,06	699.873,3	15,30	699.878,1	15,30	689.885,4	15,20	676.628,7	15,09	(13.256,7)	(47.795,7)	(0,97)	(0,08)	
Imposto de Importação	0,57	0,49	0,56	26.680,7	0,64	30.590,6	0,67	33.967,9	0,75	33.081,3	0,72	33.491,2	0,73	32.640,8	0,72	32.917,1	0,73	276,4	(1.050,7)	(0,02)	0,09	
IPI	1,23	0,87	1,00	41.471,4	1,00	49.257,2	1,09	51.452,7	1,14	51.004,9	1,12	51.001,5	1,12	49.728,9	1,10	47.675,9	1,06	(2.053,1)	(3.776,8)	(0,08)	0,06	
Imposto de Renda	5,91	5,52	5,16	235.525,9	5,68	270.741,1	5,97	275.021,5	6,10	262.917,1	5,75	263.071,5	5,75	261.532,7	5,76	252.848,5	5,64	(8.684,2)	(22.173,1)	(0,46)	(0,04)	
IOF	0,67	0,60	0,70	31.943,4	0,77	37.997,6	0,84	39.183,0	0,87	35.390,2	0,77	35.182,2	0,77	34.847,6	0,77	32.557,4	0,73	(2.290,2)	(6.625,7)	(0,14)	(0,04)	
COFINS	4,02	3,67	3,75	160.988,4	3,89	174.057,1	3,84	177.617,9	3,94	173.435,7	3,79	173.279,7	3,79	172.595,6	3,80	178.744,8	3,99	6.149,2	1.126,9	0,05	0,10	
PIS/PASEP	1,04	0,98	1,08	42.102,1	1,02	45.999,1	1,01	47.703,6	1,06	45.885,1	1,00	46.009,4	1,01	45.864,1	1,01	47.407,3	1,06	1.543,3	(296,3)	(0,00)	0,04	
CSLL	1,47	1,39	1,23	58.961,6	1,42	63.424,2	1,40	63.374,2	1,41	63.493,0	1,39	64.350,2	1,41	61.984,9	1,37	60.564,0	1,35	(1.420,9)	(2.810,3)	(0,05)	(0,07)	
CPMF	0,04	0,00	0,00	76,3	0,00	-	-	-	-	8,3	0,00	17,7	0,00	35,4	0,00	84,6	0,00	49,2	84,6	0,00	0,00	
CIDE-Combustíveis	0,20	0,15	0,21	8.963,5	0,22	9.835,7	0,22	9.835,7	0,22	5.286,3	0,12	5.293,3	0,12	5.343,4	0,12	2.879,4	0,06	(2.464,0)	(6.956,3)	(0,15)	(0,15)	
Outras Administradas pela SRF	0,23	0,41	0,40	21.907,8	0,53	25.742,2	0,57	26.267,8	0,58	29.371,4	0,64	28.181,4	0,62	25.312,1	0,56	20.949,8	0,47	(4.362,3)	(5.318,0)	(0,12)	(0,06)	
Contribuição dos Servidores ao PSSS	0,22	0,23	0,23	9.291,6	0,22	10.296,3	0,23	10.296,3	0,23	10.296,3	0,23	10.296,3	0,23	10.296,3	0,23	-	-	0,00	0,00	0,01	-	
Arrecadação Líquida do INSS ⁽¹⁾	5,39	5,62	5,62	245.891,9	5,94	266.296,4	5,87	274.068,9	6,08	269.300,0	5,89	269.300,0	5,89	267.510,0	5,89	270.510,0	6,03	3.000,0	(3.558,9)	(0,04)	0,10	
Receitas Não Administradas	2,68	2,93	2,51	107.233,2	2,59	110.103,3	2,43	115.533,1	2,56	111.439,4	2,40	111.439,4	2,44	124.862,6	2,75	131.099,1	2,92	6.236,5	15.566,0	0,36	0,34	
Concessões	0,20	0,10	0,03	3.938,3	0,10	1.753,5	0,04	2.253,5	0,05	1.753,5	0,04	1.753,5	0,04	5.568,5	0,12	4.653,5	0,10	(915,0)	2.400,0	0,05	0,01	
Dividendos	0,44	0,82	0,59	19.962,4	0,48	20.427,0	0,45	20.427,0	0,45	19.836,7	0,43	19.836,7	0,43	23.512,4	0,52	26.512,4	0,59	3.000,0	6.085,4	0,14	0,11	
Salário-Educação	0,29	0,30	0,29	13.115,5	0,32	14.318,7	0,32	15.553,5	0,34	14.318,7	0,31	14.318,7	0,31	14.618,7	0,32	15.618,7	0,35	1.000,0	65,3	0,00	0,03	
Royalties/Comp. Financeiras	0,83	0,60	0,65	29.585,6	0,71	32.562,9	0,72	32.562,9	0,72	32.562,9	0,71	32.562,9	0,71	34.963,3	0,77	36.218,6	0,81	1.255,3	3.655,7	0,09	0,09	
Demais Receitas	0,52	0,70	0,54	23.213,5	0,56	23.628,9	0,52	25.551,6	0,57	25.551,6	0,56	25.551,6	0,56	26.726,2	0,59	26.726,2	0,60	-	1.174,5	0,03	0,04	
Receita Própria (fts 50, 81 & 82)	0,34	0,34	0,34	14.650,6	0,35	14.455,0	0,32	16.227,3	0,36	14.458,6	0,32	14.458,6	0,32	16.516,2	0,36	18.412,5	0,41	1.896,3	2.185,2	0,05	0,06	
FGTS	0,06	0,08	0,07	2.767,5	0,07	2.957,2	0,07	2.957,2	0,07	2.957,2	0,06	2.957,2	0,07	2.957,2	0,07	-	-	-	-	0,00	(0,00)	
Operações com Ativos	-	-	-	-	-	3.000,0	0,07	3.000,0	0,07	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.000,0)	(0,07)	-	-	
TRANSFER ESTADOS MUNICÍPIOS	4,20	3,70	3,53	163.040,6	3,94	185.665,9	4,09	189.540,5	4,20	182.614,9	3,99	182.692,6	3,99	181.200,0	3,99	176.267,7	3,93	(4.932,4)	(13.272,8)	(0,27)	(0,00)	
FPE/FPM/IPI-EE	3,36	3,01	2,80	130.171,8	3,14	148.180,7	3,27	151.314,4	3,35	146.424,9	3,20	146.494,5	3,20	144.521,8	3,18	138.403,1	3,09	(6.118,7)	(12.911,3)	(0,27)	(0,05)	
Fundos Regionais	0,09	0,09	0,08	3.786,2	0,09	5.166,2	0,11	5.166,2	0,11	4.862,4	0,11	4.867,1	0,11	4.092,9	0,09	3.745,4	0,08	(347,5)	(1.420,8)	(0,03)	(0,01)	
Salário Educação	0,17	0,18	0,17	7.770,7	0,19	8.591,2	0,19	9.332,1	0,21	8.591,2	0,19	8.591,2	0,19	8.771,2	0,19	9.423,2	0,21	652,0	91,1	0,00	0,02	
Compensações Financeiras	0,52	0,38	0,41	18.594,3	0,45	20.777,3	0,46	20.777,3	0,46	20.777,3	0,45	20.777,3	0,45	21.813,4	0,48	22.927,5	0,51	1.114,1	2.150,1	0,05	0,06	
Cide-combustíveis	0,05	0,03	0,05	2.109,7	0,05	2.268,0	0,05	2.268,0	0,05	1.225,6	0,03	1.227,2	0,03	1.420,1	0,03	1.115,8	0,02	(304,3)	(1.152,2)	(0,03)	(0,03)	
Demais	0,01	0,01	0,01	607,8	0,01	682,4	0,02	682,4	0,02	733,4	0,02	735,2	0,02	580,6	0,01	652,7	0,01	72,0	(29,7)	(0,00)	(0,00)	
RECEITA LÍQUIDA	19,46	19,16	18,91	827.997,3	19,99	911.674,9	20,09	937.782,2	20,79	908.294,2	19,86	908.221,2	19,86	911.354,3	20,08	912.266,5	20,35	912,2	(25.515,7)	(0,44)	0,36	
Memorando:																						
Produto Interno Bruto (R\$ Bilhões)	3.032,2	3.239,4	3.770,1	-	4.143,0	4.537,5		4.510,1		4.573,6		4.573,6		4.539,6		4.483,2						

Fonte: SOF; RFB; BGE; Banco Central do Brasil; Avaliações e decretos citados. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ A partir da Avaliação do 2º bimestre, a arrecadação previdenciária é deduzida da desoneração estimada da folha prevista no art. 9º, da Lei 12.546, de 2011.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

Evolução do Anexo VIII dos Decretos de Programação Financeira, Fevereiro-Julho/2012 Previsão/Arrecadação da Receita do Governo Central.
(R\$ Milhões)

Origem/Fonte	Previsão do Decreto 7.680							Realizado		Previsão do Decreto 7.740							Frustração (-)		
	1º Bim.	2º Bim.	3º Bim.	4º Bim.	5º Bim.	6º Bim.	Total	1º Bim.	2º Bim.	3º Bim.	4º Bim.	5º Bim.	6º Bim.	Total	1º 2º Bim.	Exercício			
Arrecadada pelo Tesouro Nacional	128.904	134.402	116.587	122.947	133.656	134.926	771.421	132.852	125.172	116.682	120.806	131.873	144.937	772.322	(5.282)	901			
Administrada pela RFB	118.949	124.804	109.248	110.092	116.657	120.124	699.873	117.991	114.252	109.444	110.553	116.632	121.013	689.885	(11.510)	(9.988)			
Royalties e Compensações Financeiras	7.137	6.756	3.080	6.786	5.730	3.074	32.563	7.075	7.181	3.204	6.786	6.663	4.054	34.963	363	2.400			
CPSS - Contribuição do Servidor	1.503	1.503	1.500	1.465	1.507	2.817	10.296	1.423	1.444	1.644	1.566	1.529	2.690	10.296	(139)	0			
Concessões e Permissões	318	47	1.062	112	95	119	1.754	333	51	815	112	85	4.171	5.569	19	3.815			
Demais	997	1.291	1.697	4.491	9.667	8.791	26.935	6.029	2.244	1.574	1.788	6.964	13.009	31.608	5.985	4.673			
Dividendos	19.837	4.962	80	23.512	...	3.676			
Outras	7.098	1.067	2.164	8.096	...	997			
Arrecadada por Outros Órgãos	48.055	51.412	50.780	52.479	52.875	63.887	319.488	47.361	54.367	51.067	52.540	53.169	63.518	322.023	2.261	2.535			
Arrecadação Líquida do INSS	39.700	40.987	43.166	44.820	45.266	55.360	269.300	38.400	43.987	43.169	44.837	45.271	53.636	269.300	1.700	0			
Contribuição para o Salário Educação	3.012	2.138	2.215	2.263	2.371	2.321	14.319	3.081	2.233	2.261	2.310	2.421	2.313	14.619	164	300			
Receita Própria (fontes 50, 81 & 82)	2.674	2.374	2.376	2.575	2.274	2.185	14.459	2.934	2.735	2.576	2.559	2.477	3.235	16.516	621	2.057			
Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	269	538	538	538	538	538	2.957	356	302	575	575	575	575	2.957	(149)	0			
Demais	2.400	5.375	2.486	2.284	2.426	3.483	18.453	2.590	5.110	2.486	2.259	2.426	3.759	18.631	(75)	178			
Total	176.959	185.813	167.367	175.426	186.532	198.812	1.090.909	180.213	179.539	167.749	173.346	185.043	208.455	1.094.344	(3.020)	3.435			
Origem/Fonte	Realizado							Previsão do Decreto 7.740							Realizado			Previsão do Decreto 7.781	Frustração (-)
	1º Bim.	2º Bim.	3º Bim.	4º Bim.	5º Bim.	6º Bim.	Total	1º Bim.	2º Bim.	3º Bim.	4º Bim.	5º Bim.	6º Bim.	Total	1º a 3º Bim	Exercício			
Arrecadada pelo Tesouro Nacional	132.852	125.172	116.682	120.806	131.873	144.937	772.322	132.852	125.172	332.290	762.406	...	(9.015)			
Administrada pela RFB	117.991	114.252	109.444	110.553	116.632	121.013	689.885	117.991	114.252	100.047	108.905	115.602	119.832	676.629	(20.711)	(23.244)			
Royalties e Compensações Financeiras	7.075	7.181	3.204	6.786	6.663	4.054	34.963	7.075	7.181	3.141	7.107	7.340	4.374	36.219	424	3.656			
CPSS - Contribuição do Servidor	1.423	1.444	1.644	1.566	1.529	2.690	10.296	1.423	1.444	1.508	1.524	1.521	2.876	10.296	(131)	0			
Concessões e Permissões	333	51	815	112	85	4.171	5.569	333	51	420	122	542	3.185	4.654	(623)	2.900			
Demais	6.029	2.244	1.574	1.788	6.964	13.009	31.608	6.029	2.244	34.608	...	7.673			
Dividendos	4.962	80	23.512	4.962	80	2.915	616	7.804	10.136	26.512	...	6.675			
Outras	1.067	2.164	8.096	1.067	2.164	8.096	...	997			
Arrecadada por Outros Órgãos	47.361	54.367	51.067	52.540	53.169	63.518	322.023	47.361	54.367	327.920	...	8.432			
Arrecadação Líquida do INSS	38.400	43.987	43.169	44.837	45.271	53.636	269.300	38.400	43.987	43.453	43.345	43.598	59.518	272.300	1.987	3.000			
Contribuição para o Salário Educação	3.081	2.233	2.261	2.310	2.421	2.313	14.619	3.081	2.233	2.294	2.310	2.421	3.281	15.619	243	1.300			
Receita Própria (fontes 50, 81 & 82)	2.934	2.735	2.576	2.559	2.477	3.235	16.516	2.934	2.735	2.816	3.066	2.479	4.382	18.413	1.061	3.954			
Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	356	302	575	575	575	575	2.957	356	302	547	575	575	603	2.957	(140)	0			
Demais	2.590	5.110	2.486	2.259	2.426	3.759	18.631	2.590	5.110	18.631	...	178			
Demais a partir do Decreto 7.781	3.658	7.274	3.658	7.274	4.130	3.490	3.584	4.591	26.726			
Total	180.213	179.539	167.749	173.346	185.043	208.455	1.094.344	180.213	179.539	161.272	171.060	185.465	212.776	1.090.324	(9.115)	(585)			

Fontes: Decretos citados; STN; SOF. Elaboração dos autores.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

RECEITA ADMINISTRADA PELA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EXCETO INSS, 2007-2012 ⁽¹⁾																								
Item	2007		2008		2009		2010		2011		2012													
			Realizado				Lei		Realizado		Lei		Realizado		Proposta		Lei		3ª Avaliação					
	%	PIB	R\$	Milhões	%	PIB	R\$	Milhões	%	PIB	R\$	Milhões	%	PIB	R\$	Milhões	%	PIB	R\$	Milhões	%	PIB	R\$	Milhões
Imposto de Importação	0,46		17.171,3	0,57	15.967,9	0,49	17.186,18	0,52	21.093,3	0,56	23.130,9	0,59	26.680,7	0,64	30.590,6	0,67	33.967,9	0,75	32.917,1	0,73				
IPI	1,20		37.361,1	1,23	28.086,4	0,87	39.722,92	1,19	37.553,8	1,00	49.241,4	1,25	41.471,4	1,00	49.257,2	1,09	51.452,7	1,14	47.675,9	1,06				
IPI - Fumo	0,11		3.211,4	0,11	3.314,1	0,10	4.825,41	0,15	3.705,4	0,10	3.874,8	0,10	3.745,7	0,09	5.105,7	0,11	5.347,3	0,12	5.038,3	0,11				
IPI - Bebidas	0,10		2.489,3	0,08	2.304,0	0,07	2.511,38	0,08	2.430,1	0,06	2.844,5	0,07	2.990,7	0,07	3.033,0	0,07	3.075,8	0,07	3.882,3	0,09				
IPI - Automóveis	0,20		6.031,5	0,20	2.097,3	0,06	5.781,21	0,17	5.786,3	0,15	6.988,4	0,18	7.146,8	0,17	8.050,6	0,18	8.094,5	0,18	5.441,7	0,12				
IPI - Importação	0,29		10.351,1	0,34	8.384,3	0,26	9.263,72	0,28	11.258,9	0,30	11.858,1	0,30	13.716,6	0,33	15.802,4	0,35	17.787,1	0,39	18.033,9	0,40				
IPI - Outros	0,51		15.277,8	0,50	11.986,7	0,37	17.341,19	0,52	14.373,1	0,38	23.675,8	0,60	13.871,6	0,33	17.265,6	0,38	17.148,1	0,38	15.279,6	0,34				
Imposto de Renda	5,57		179.248,3	5,91	178.741,0	5,52	207.636,73	6,24	194.573,8	5,16	242.902,1	6,19	235.525,9	5,68	270.741,1	5,97	275.021,5	6,10	252.848,5	5,64				
IR - Pessoa Física	0,52		15.047,7	0,50	14.808,3	0,46	21.507,64	0,65	17.309,4	0,46	20.745,8	0,53	21.855,1	0,53	25.195,5	0,56	25.643,8	0,57	23.710,3	0,53				
IR - Pessoa Jurídica	2,55		81.413,2	2,68	81.029,3	2,50	92.539,33	2,78	84.775,7	2,25	105.893,1	2,70	98.432,6	2,38	116.655,0	2,57	115.965,1	2,57	105.236,7	2,35				
IR - Fonte	2,50		82.787,4	2,73	82.903,4	2,56	93.589,74	2,81	92.488,6	2,45	116.263,3	2,96	115.238,2	2,78	129.022,8	2,84	133.412,6	2,96	123.901,4	2,76				
IRRF - Trabalho	1,21		41.345,9	1,36	42.074,0	1,30	43.878,94	1,32	49.144,4	1,30	61.321,7	1,56	58.400,4	1,41	63.360,9	1,40	64.627,4	1,43	64.641,1	1,44				
IRRF - Capital	0,81		25.585,4	0,84	23.431,6	0,72	29.574,70	0,89	25.169,5	0,67	33.454,9	0,85	35.543,2	0,86	43.050,9	0,95	43.050,9	0,95	35.978,0	0,80				
IRRF - Remessas	0,30		9.932,4	0,33	10.917,4	0,34	12.395,96	0,37	11.593,8	0,31	13.656,1	0,35	13.926,7	0,34	14.032,3	0,31	17.192,2	0,38	14.936,9	0,33				
IRRF - Outros	0,19		5.923,8	0,20	6.480,4	0,20	7.740,14	0,23	6.580,9	0,17	7.830,5	0,20	7.367,9	0,18	8.578,8	0,19	8.542,1	0,19	8.345,4	0,19				
IOF	0,30		20.340,3	0,67	19.293,4	0,60	27.596,41	0,83	26.576,1	0,70	31.950,7	0,81	31.943,4	0,77	37.997,6	0,84	39.183,0	0,87	32.557,4	0,73				
Cofins	3,89		121.923,9	4,02	118.957,1	3,67	152.066,25	4,57	141.232,3	3,75	157.967,7	4,02	160.988,4	3,89	174.057,1	3,84	177.617,9	3,94	178.744,8	3,99				
PIS/Pasep	1,01		31.515,8	1,04	31.723,2	0,98	38.347,23	1,15	40.794,4	1,08	41.094,7	1,05	42.102,1	1,02	45.999,1	1,01	47.703,6	1,06	47.407,3	1,06				
CSLL	1,30		44.613,2	1,47	45.050,1	1,39	56.225,85	1,69	46.370,3	1,23	62.061,3	1,58	58.961,6	1,42	63.424,2	1,40	63.374,2	1,41	60.564,0	1,35				
CPMF	1,37		1.109,5	0,04	91,5	0,00	-	-	23,6	0,00	-	-	76,3	0,00	-	-	-	-	-	-	84,6	0,00		
CIDE-Combustíveis	0,30		5.944,0	0,20	4.914,5	0,15	7.306,27	0,22	7.759,1	0,21	8.636,1	0,22	8.963,5	0,22	9.835,7	0,22	9.835,7	0,22	2.879,4	0,06				
Outras Administradas	0,30		7.108,6	0,23	13.259,4	0,41	11.550,29	0,35	15.130,6	0,40	24.972,4	0,64	21.907,8	0,53	25.742,2	0,57	26.267,8	0,58	20.949,8	0,47				
TOTAL	15,69		466.336,0	15,38	456.084,5	14,08	557.638,1	16,77	531.107,4	14,09	641.957,5	16,35	628.621,1	15,17	707.644,8	15,60	724.424,4	16,06	676.628,7	15,09				

Fonte: Receita Federal do Brasil; Orçamentos citados; Projeto de lei orçamentária de 2012; IBGE. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Líquida de incentivos fiscais.